
O Brasil e a economia internacional.

A visão de Batista Jr.I

Carlos Augusto Vidotto*

BATISTA JR., Paulo Nogueira. *O Brasil e a economia internacional. Recuperação e defesa da autonomia nacional*. Rio de Janeiro: Campus, 2005, 154 p. R\$ 34,00.

O ano de 2006 promete ser de intenso debate. Ensaia-se uma safra de publicações que vão colocar a trajetória econômica dos últimos anos sob intenso escrutínio. A lupa, naturalmente, estará posta na política econômica do governo Lula e seus resultados frente ao período precedente. Da safra anunciada, que se espera gorda, adiantou-se esse ano o livro *O Brasil e a economia internacional. Recuperação e defesa da autonomia nacional*, de Paulo Nogueira Batista Jr.

A publicação paga um pequeno custo por ter madrugado tanto: o de não captar a crise política em curso, o *não* contágio da economia e os desdobramentos imediatos dessa conjuntura. Para um analista como PNB Jr., entretanto, dois terços do mandato e a qualidade dos temas selecionados constituem matéria suficiente para conclusões de grande alcance.

A primeira virtude do livro é pôr em cheque as tentativas simplistas de enquadramento do debate. Sua introdução, “O Brasil levanta a cabeça”, reconhece os avanços que a América Latina experimentou desde a década anterior. A região libertou-se em parte dos mitos e mistificações globalitárias que bloqueiam a política econômica, propostas de dolarização refluíram e diversas eleições deslocaram o pêndulo político para longe da submissão automática aos EUA. O Brasil, por exemplo, conseguiu evitar que a autonomia da política econômica, já solapada por uma excessiva mobilidade de capitais, sucumbisse de vez sob acordos comerciais pautados por interesses não convergentes com os do país.

* Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (Niterói, Brasil). E-mail: vidotto@economia.uff.br

Escapando ao estereótipo negativista, Batista Jr. apresenta-se ao leitor um crítico para quem o fundamental é a construção de um caminho:

O estrago foi considerável, mas o Brasil sobreviveu, fundamentalmente intacto, conservando o seu enorme potencial de desenvolvimento de país contínuo. A superação do quadro de estagnação econômica, desemprego e falta de perspectivas para a maioria da população é a tarefa essencial. Ela é perfeitamente possível e está a nosso alcance. Pressupõe, é claro, eficiência, pragmatismo e bom senso na condução das políticas públicas. (p. XVIII—XIX).

O ofício da crítica exercido com esse espírito vem fortalecer no debate atual o otimismo da razão, que aliás perpassa todo o livro, organizado em duas partes. Os três primeiros capítulos, “1. ‘Globalização’ e Dependência Monetária”, “2. Plano Real e Vulnerabilidade Externa” e “3. Ajustamento Externo, Movimentos de Capital e Desenvolvimento Econômico” integram sua “Parte I: Finanças Internacionais e Economia Brasileira”. A “Parte II: Negociações Comerciais”, focaliza de início “4. A ALCA e o Brasil” e, em seguida, amplia o escopo para o conjunto das “5. Negociações Comerciais do Brasil: ALCA, União Européia, OMC e Acordos Sul-Sul”. Essa estrutura envolve pesquisas desenvolvidas ao longo dos últimos cinco anos. Embora não sejam todos textos inéditos, o livro se organiza segundo uma clara visão de conjunto da problemática nacional contemporânea.

A primeira parte do livro contém uma análise da realidade brasileira atual, à luz da história e da teoria econômicas. Ao reconhecer a importância estratégica do debate sobre a “globalização” para o Brasil, o autor também reúne elementos que indicam a impropriedade do termo. O caráter assimétrico e desigual desse processo – daí as aspas – reforça-se pela inexistência de uma moeda mundial e pelo fato de que não há outro bloco monetário no horizonte, além da zona do euro. Batista Jr. entende que a polarização entre defesa e rejeição da “globalização”, opondo apologistas e apocalípticos, é inconveniente para países como o Brasil. A vertente cética, entretanto, cujas raízes encontram-se no nacionalismo econômico e no pensamento keynesiano, credencia-se para a formulação

de políticas econômicas e de inserção internacional para o país, segundo seu argumento.

Batista Jr. tampouco aceita que a “globalização financeira” possa ser apresentada como restrição inexorável e absoluta às opções de política econômica, no sentido da progressiva inviabilidade das moedas nacionais na periferia do sistema capitalista. Por exemplo, o inédito alcance das variantes latino-americanas de dolarização nos últimos quinze anos, com destaque para o *currency board* da Argentina, não deve ofuscar a constatação de que a flutuação cambial representa hoje a tendência dominante no cenário mundial. Com a reversão parcial daqueles experimentos e superada a crise das economias asiáticas, essa tendência vem materializar um passo importante rumo à retomada da autonomia monetária nacional.

O conceito de dependência monetária assume posição central em sua análise, revelando afinidades com o pensamento estruturalista latino-americano. Como não existe uma efetiva “globalização”, não se verifica, segundo o autor, uma sincronia entre os ciclos das economias nacionais, expondo-as a choques exógenos cujos impactos sobre o país emissor da moeda âncora diferenciam-se dos que atingem o país que adota uma moeda estrangeira. Por decorrência, torna-se crucial *também para estes últimos* preservar a capacidade de definir as políticas monetária e cambial segundo necessidades específicas. Frente a isso, ao invés de se desdobrar em necessidade de maior abertura e liberalização, isto é, rendição à disciplina do mercado, o *handicap* de nossas economias deve ser sanado com instrumentos mais eficazes de política econômica.

Como resultado do processo de subordinação financeira, iniciado no final dos anos sessenta, conformou-se uma situação na qual as restrições impostas ao setor externo mantêm a economia brasileira sujeita a ciclos curtos de retomada e desaceleração. Conforme o autor, isso se aplica até mesmo ao momento atual, que sob esse aspecto conta com melhores condições do que as vigentes nas últimas décadas, mas, justamente por isso, acaba contribuindo para adiar decisões difíceis.

O baixo crescimento da economia brasileira constitui hoje a principal controvérsia de nossa economia política. A visão convencional atribui a origem do fenômeno à precária situação fiscal, conforme percebida por credores externos e domésticos. Para Batista Jr., entretanto, é a formulação

de políticas a partir desse diagnóstico que responde prioritariamente pela intensificação das crises cambiais no Brasil após 1995, as quais não se devem meramente a eventos externos associados à “globalização”. Sua análise contempla uma causalidade mútua, na qual escolhas domésticas de políticas vulnerabilizam o setor externo da economia e a seguir, como canal dominante, as várias dimensões da vulnerabilidade externa concorrem para problematizar a gestão fiscal.

Após o Plano Real, o processo de subordinação financeira foi parcialmente relaxado com a desvalorização e transição do regime cambial, em 1999. Não houve perda de controle da inflação e os efeitos benéficos sobre a balança comercial, um pouco tardios, também foram subestimados à época. Sublinhando as fragilidades da flutuação cambial após o ataque especulativo, Batista Jr. critica a ilusão de que tais mudanças por si só, aliadas a um cenário externo que então se imaginava benigno, seriam capazes de proporcionar uma posição externa segura. Para ele, a flutuação brasileira deveria ter sido mais administrada e controlada do que a das moedas das economias desenvolvidas, além de se combinar com esforços de diminuição de desequilíbrios externos e da dependência dos capitais estrangeiros. Em resumo, “A economia brasileira [...] não pode ser administrada de acordo com os mesmos princípios e critérios adotados nas economias desenvolvidas” (p.28).

O reconhecimento de avanços na América Latina e no Brasil não impede o autor, por outro lado, de afirmar que, nas condições contemporâneas, “[...] a acumulação de desequilíbrios de balanço de pagamentos em conta corrente, a dependência com relação a financiamento e a liberalização dos movimentos de capital tornam-se mais problemáticas que no passado [...]” (p. 54). Daí a necessidade de uma estratégia de autodefesa, orientada por três eixos: primeiro, o ajustamento do balanço de pagamentos em conta corrente, que não está consolidado, apesar da performance recente, além de beneficiar-se das condições conjunturais; segundo, a implantação de controles preventivos sobre a conta de capitais do balanço de pagamentos; e, por fim, um esforço de acumulação de reservas internacionais. No que toca à regulação da conta de capitais e à administração do perfil do passivo externo, o autor aponta que a política econômica do governo Lula nada fez e ainda, em alguns aspectos, o grau de abertura financeira da economia foi ampliado.

Com isso, pode-se inferir das análises do autor que o problema atual a ser enfrentado passa a ser, no âmbito doméstico, a subordinação das políticas cambial e fiscal a uma gestão do regime de metas de inflação destrutivamente ambiciosa. Noutra *front*, sobressai a ausência de uma política de defesa voltada para o fortalecimento da posição externa da economia brasileira.

A Parte II do livro, centrada nos acordos comerciais, mantém várias conexões com a parte precedente. Um primeiro paralelo consiste em recusar a inexorabilidade de tendências ou realidades internacionais com que a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) foi associada, desde a Declaração de Princípios que marca seu lançamento, em 1994. Tendência, aliás, difundida por aqueles que alimentam o mito do isolamento, explorando um certo pânico de ficar isolado que acomete o país diante de tais desafios.

Para dissipar esse temor, o autor faz finca-pé do peso relativo do Brasil e do Mercosul no produto global dos países da ALCA, exclusive os EUA, – ao redor de 50% e 70%, respectivamente. Mais tecnicamente, essa postura de autofragilização negocial resultaria da confusão de integração comercial, esta sim, necessária, com negociação de grandes áreas de livre comércio, que não representa condição para a primeira. Longe de ideológica, sua posição é marcada pelo realismo, como quando afirma que “[...] entre os extremos da subordinação e do isolamento, há todo um espectro de possibilidades a explorar” (p. 104), modulando alternativas globais com acordos junto a outras regiões e, particularmente, com países vizinhos.

Para demonstrá-lo, Batista Jr. empreende uma investigação detalhada dos termos iniciais e da arena político-diplomática onde ocorrem os desdobramentos da ALCA, cuja concepção e formato básicos são de iniciativa dos EUA. A proposta transcende um simples acordo comercial, envolvendo regras sobre investimento, acesso a mercados industriais, compras governamentais, propriedade intelectual e serviços. Caracteriza-se por ser um projeto seletivo da ótica de seu formulador e assimétrico em termos do poder de negociação dos envolvidos. Daí que sua abrangência e aspectos parciais apontavam, segundo o autor, para uma perda de soberania, e sua implementação provocaria um sensível esvaziamento da política econômica nacional.

Um dos aspectos preocupantes dessa negociação sempre residiu na possibilidade de ela ser afetada pela exploração da dependência externa da economia brasileira, tratada na Parte I. Apesar de não existir uma relação formal com o FMI, o caráter político imprimido à gestão do Fundo e inerente à negociação da ALCA pode confluir para uma formidável concentração de poderes do outro lado da mesa, acentuando a assimetria da relação. Há precedentes bem documentados dessa confluência nada casual, como a abertura da economia da Coréia em 1997.

Durante o período de amadurecimento das negociações, o governo FHC ora dava a impressão de ganhar tempo com manobras cautelosas de obstrução, ora acompanhava as propostas do governo e das grandes corporações dos EUA. Esse comportamento refletia orientações conflitantes em seu interior, cuja resultante resolvia-se em aguardar o que vai dar para ver o que se fazer.

Em anos recentes, porém, o recrudescimento do protecionismo americano, alojado no Congresso e no Executivo daquele país, contribuiu para explicitar as ameaças potenciais dessa via de integração. Assim, os EUA lançaram involuntariamente alguma areia nas rodas do processo. Por seu turno, após 2002, o governo Lula revisou os parâmetros de negociação, levantando questionamentos essenciais sobre o encaminhamento da ALCA até então, no que esteve acompanhado do Mercosul.

A reunião de Miami em 2003 representou uma inflexão nas relações com os EUA, que ali aceitaram uma negociação mais flexível. Mas logo a seguir, na reunião de Puebla, em 2004, os EUA costuraram uma aliança com outros treze países que já haviam feito todas as concessões possíveis e, portanto, não queriam que o Mercosul alcançasse o mercado americano sem o mesmo nível de recuo.

Batista Jr. conclui que o principal problema da ALCA para o Brasil é que as vantagens potenciais da produção brasileira nos mercados dos EUA defrontam-se com poderosos *lobbies*, como os do aço, têxteis, calçados e suco de laranja, entre outros. Diante disso, evitando pensar apenas defensivamente a integração, sua análise se estende para outras iniciativas em curso.

A tentativa de um acordo birregional entre o Mercosul e a União Européia para a formação de uma área de livre comércio emergiu como um subproduto da ALCA, na medida em que a UE deseja não perder

terreno para os EUA na América Latina. Por essa e outras razões, sua utilidade tática como contrapeso ou efeito-demonstração para concessões junto aos EUA não parece ter base real. No papel, a proposta padece dos mesmos problemas que a iniciativa americana, ao oferecer pouco e exigir muito, sem margem para concessões.

Diferente das alternativas anteriores, a Organização Mundial do Comércio, constitui um terreno mais propício para a negociação de temas delicados, como investimentos, compras governamentais e propriedade intelectual (retirados da agenda da Rodada de Doha, em curso). Por fim, o exame do autor aponta a existência de perspectivas de acordos mais proveitosos ao Brasil nas relações Sul-Sul, em particular na América do Sul.

Retomando a platitude do início desta resenha, o fato de o livro ser um dos primeiros da grande safra que se anuncia não lhe permite tratar dos últimos acontecimentos, como, por exemplo, os impactos provocados pela febre aftosa na exportação de carne bovina. É uma pena, porque a relação entre as conseqüências da prevenção sanitária e fiscalização deficientes do rebanho, de um lado, e o brilhante *superavit* primário do Dr. Palloci, do outro, ilustram bem a conexão entre as duas partes em que o autor dividiu sua reflexão. O assunto seria um prato cheio, sem o bife, talvez.